

Relatório da Administração - CETIP 2010

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, acompanhadas do Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras individuais da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e as demonstrações financeiras consolidadas também preparadas de acordo com os CPCs e de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards (IFRS)) emitidos pelo International Accounting Standards Board. Estas são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas de acordo com CPCs e IFRS pela Companhia. Informações adicionais sobre o desempenho operacional e financeiro estão disponíveis na internet (www.cetip.com/ri).

Mensagem da Administração

Consolidação, avanços e reconhecimentos destacaram nosso desempenho em 2010. Dobramos de tamanho com a aquisição da GRV Solutions (GRV), empresa de processamento e custódia das informações de financiamento de veículos, anunciada em dezembro, e abrimos duas novas e desafiadoras frentes de produtos, a partir do contrato de gestão de colateral que firmamos em junho com a Clearstream, e da possível parceria de cooperação com a Deutsche Börse AG para o desenvolvimento de uma plataforma eletrônica de renda fixa. Na frente interna, procuramos sedimentar o status de companhia aberta, atuar no desenvolvimento de produtos e no fortalecimento das relações com os acionistas. Centralizamos as operações, com a transferência da parte gerencial e administrativa que atuava no Rio de Janeiro e a mudança do Centro de São Paulo para a região da Faria Lima, ficando mais próximos de nossos clientes. Consolidamos nossa estrutura, com ganhos de agilidade e eficiência. Criamos a figura de gerentes de relacionamento para um contato mais direto com os clientes, o que trouxe um conhecimento maior das necessidades específicas que podemos atender com um diferencial de qualidade. A GRV nos posiciona para atuar no segmento de crédito ao consumo, inicialmente mantendo o foco no de financiamento de automóveis. Tínhamos uma base de clientes semelhante e negócios complementares, que sob a administração da CETIP crescem em segurança e eficiência, com capacidade de oferecer agilidade e redução de custos aos processos de crédito das instituições financeiras. O mercado acreditou na lógica do negócio e nos apoiou de forma imediata, com acesso aos recursos que financiaram a operação, e os acionistas com aprovação absoluta em nossa primeira Assembleia Geral Extraordinária realizada para a aprovação da aquisição.

Já a parceria com a Clearstream significa a possibilidade de prestar aos clientes um serviço de mitigação de riscos em operações feitas sob medida, como as que caracterizam o mercado de balcão em que atuamos. Com funcionalidade abrangente, os serviços de gestão de colateral permitirão que nossos clientes mobilizem e utilizem, de forma mais ampla, os títulos elegíveis na CETIP e no SELIC para cumprir as suas obrigações nos negócios com derivativos de balcão. Além disso, auxiliará as instituições bancárias a reduzir suas necessidades de capital e melhorar a eficiência do processo. Seremos fornecedores de infraestrutura, um agente neutro e independente, capaz de identificar garantias confiáveis, permitindo o crescimento seguro deste mercado no Brasil. Ofereceremos a todos os participantes desse mercado a possibilidade de contar com um sistema robusto e confiável que calcula a exposição dessas operações, ao mesmo tempo em que outro sistema propicie o controle dos ativos que são dados em garantia. O primeiro foi desenvolvido em parceria com a Algorithmics, líder mundial em gestão de riscos. O segundo é a gestão de colateral em si, que deverá entrar no mercado em meados do segundo semestre de 2011.

É um estreitamento de relação com um parceiro importante, de atuação mundial, que permitirá introduzirmos alguns produtos importantes para o mercado brasileiro e poderá redundar em um contrato de cooperação, para estabelecermos uma plataforma multivariada, começando com instrumentos de renda fixa, principalmente debêntures, commercial papers e letras financeiras. Permitir criar novos derivativos, relacionados com instrumentos negociados no mercado à vista, de forma que poderemos atuar tanto na negociação de títulos à vista como na de derivativos. Os resultados do ano foram por si só: a receita líquida totalizou R\$290,9 milhões, mais 39,3% sobre o ano anterior; o EBITDA de R\$143,1 milhões significou avanço de 47,6% e o lucro líquido somou R\$112,3 milhões, 68,6% superior ao de 2009. Se desconstruirmos as despesas não-recorrentes e as despesas com remuneração baseada em ações sem desembolso de caixa, o EBITDA ajustado totalizou R\$198,0 milhões, considerando o benefício fiscal em decorrência da amortização do ágil e o Lucro Líquido ajustado totalizou R\$180,6 milhões. Relevante também foi o comportamento das nossas ações, com valorização de 65,6% em 12 meses, em comparação à 1,0% registrada no Índice Bovespa. Desde que abrimos o capital, em outubro de 2009, a valorização acumulada foi de 81,6%.

Temos desafios e oportunidades pela frente. As medidas de desoneração para títulos privados de longo prazo relacionados ao financiamento de infraestrutura, anunciadas no final de 2010 pelo governo, contribuem para impulsionar nossos projetos. A melhora do ambiente doméstico, associada à regulamentação das ofertas públicas de letras financeiras e aos incentivos tributários podem contribuir para ampliar as captações de recursos no mercado doméstico. Seguimos firmes no objetivo de cumprir nossa estratégia de crescimento, que é baseada em quatro aspectos fundamentais:

- **Fortificar nosso core business**, cujo principal foco é melhorar sempre a qualidade de nossos serviços e sistemas, introduzir novas funcionalidades, ampliar o *spectrum* de prestação de serviços de registro e de depositária dos instrumentos financeiros;
- **Adicionar serviços adjacentes à atividade principal**, com o objetivo de agregar negócios relacionados a *trading, clearing & settlement*. Aí se encaixa a parceria com a Clearstream e a Deutsche Börse, que nos permite acesso à tecnologia de negociação para instrumentos que estão em nosso DNA;
- **Desenvolver negócios conexos**, possibilidade ampliada com a aquisição da GRV. Atualmente já mantemos uma parceria com a CIP – Câmara Interbancária de Pagamentos. Com a GRV, passamos a analisar a nossa atuação em diversas frentes, a exemplo o mercado imobiliário, com modelo de negócios semelhante ao aplicado ao financiamento de veículos.
- **Aprofundar a relação com os clientes**, em que se alinham as iniciativas de compra da GRV e desenvolvimento do projeto de gestão de colateral.

A execução dessa estratégia é um desafio e uma oportunidade que permitirá à CETIP crescer de forma estruturada e com perenidade, buscando inovar em produtos e serviços. Não queremos fazer mais do mesmo, queremos fazer mais para o mercado, incrementar nossos negócios e continuar a investir em tecnologia e recursos humanos.

Cenário econômico

O Brasil se destacou pelo vigor do crescimento econômico em 2010, realidade compartilhada com nações como China e Índia. Esse ambiente se contrapôs ao cenário dos países centrais, ainda bastante influenciados pela crise financeira de 2008/2009. A força da demanda interna brasileira impulsionou a economia, que apresentou crescimento de 7,5% do Produto Interno Bruto (PIB), a maior variação em 24 anos.

A classe média expandiu-se, como reflexo de um mercado de trabalho aquecido, com taxa de desemprego em torno de 6%, a menor já registrada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). PIB per capita ficou em R\$19.016, com alta de 6,5% sobre 2009 (R\$16.634). Nesse ambiente, o nível de produção da indústria nacional cresceu 10,1%, considerando um recorde histórico; sendo que o segmento de serviços avançou 5,4%; e o de agropecuária, 6,5%.

A taxa de investimentos da economia brasileira atingiu 18,4% do PIB, a maior desde 2008 (19,1%) e a taxa de poupança correspondeu a 16,5% do PIB, bem acima de 2009 (14,7%), mas ainda inferior à de 2008 (18,8%).

Em decorrência do maior crescimento econômico brasileiro em relação a importantes parceiros comerciais, o saldo da balança comercial diminuiu 19,7% para ainda elevados US\$20,3 bilhões de superávit, resultante do aumento de 42,2% das importações, que superou o crescimento de 32,0% das exportações.

A confiança do investidor estrangeiro trouxe significativos volumes de recursos para o País, o que contribuiu para fortalecer o Real, que encerrou o ano em R\$1,67 por dólar norte-americano, ou mais 4,3% sobre o ano anterior.

A inflação medida pelo IPCA subiu ao longo do ano, para fechar em 5,9%, bastante afetada por problemas de oferta em importantes commodities alimentares. Para combater os efeitos desse movimento, o Banco Central voltou a elevar a meta para a taxa básica de juros SELIC, que subiu de 8,75%, no final do exercício anterior, para 10,75% já em julho, patamar em que permaneceu até dezembro.

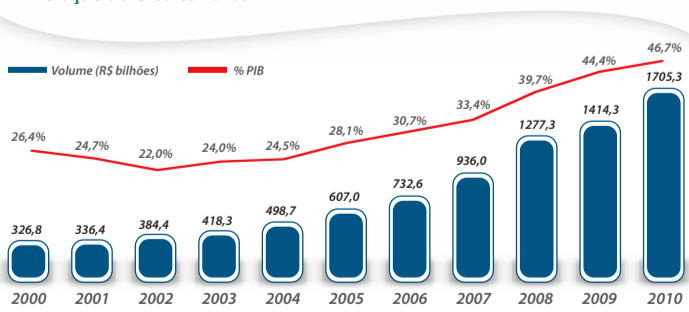
Sector financeiro

O mercado de capitais brasileiro movimentou R\$238,2 bilhões em 2010, sendo R\$150,3 bilhões em operações de renda variável e R\$87,9 bilhões em renda fixa, registrando crescimentos de 219% e 38%, respectivamente, em relação aos volumes observados em 2009. No segmento de renda variável, o destaque foi a megaoferta de ações de R\$120,2 bilhões da Petrobras, a maior já registrada no mundo.

Em renda fixa, os destaques de 2010 foram as emissões de debêntures, com prazo médio de cinco anos, que chegaram a R\$49 bilhões, com aumento de 78% em relação a 2009. As captações externas de renda fixa cresceram 25%, atingindo volume de US\$41 bilhões, concentrando-se em operações de *bonus* e *medium term notes*. As emissões corporativas foram responsáveis por 53% desse total.

Nas operações de securitização, destacaram-se fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs), que alcançaram volume de R\$13 bilhões, 121% acima de 2009, e os Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs), cujo volume de emissões subiu 126% em relação ao ano anterior, atingindo R\$7,3 bilhões. O estoque de empréstimos e financiamentos do sistema financeiro alcançou R\$1.705 bilhões, crescimento de 20,6% no ano anterior. Em decorrência, a relação crédito/PIB passou a representar 46,7%, ante 44,4% no ano anterior. Os financiamentos a pessoas físicas cresceram 18,8%, alcançando R\$558 bilhões, com destaque para a modalidade de aquisição de veículos, que cresceu 49,1%, encerrando o ano com saldo de R\$140,3 bilhões.

Evolução do Crédito - Brasil



Fonte: Banco Central do Brasil

No final de 2010, o Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Banco Central adotaram algumas medidas de controle sobre a oferta de crédito, incluindo elevação do compulsório sobre depósitos à vista e a prazo e aumento do requerimento de capital por parte das instituições financeiras para operações com prazo superior a 24 meses. A medida se alinha à expectativa de elevação das taxas de juros em 2011 para conter o consumo que tem pressionado os índices de inflação.

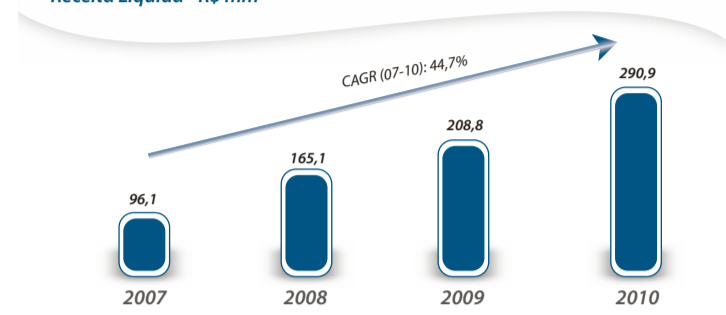
Análise dos resultados econômico-financeiros

• Receita Operacional

As receitas da Companhia são derivadas da prestação de serviços de registro, depósito ou custódia, negociação e liquidação financeira para mais de 50 diferentes tipos de instrumentos financeiros de renda fixa e derivativos de balcão, além da prestação dos serviços de processamento das transferências eletrônicas de fundos. A integração vertical do modelo de negócios, aliada à diversidade de ativos e contratos atendidos, proporciona uma geração de receitas diversificada e resiliente.

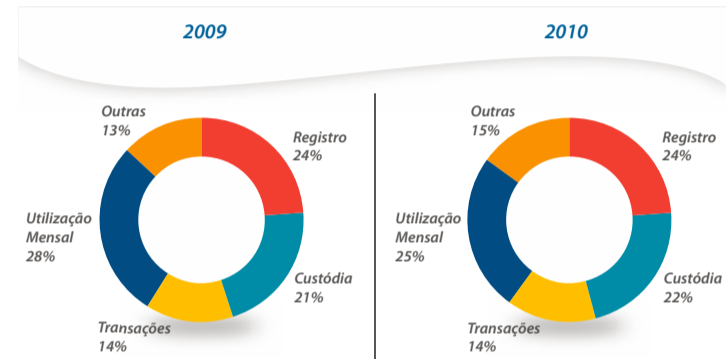
Receita Líquida - Em 2010 a receita operacional líquida da Companhia apresentou crescimento expressivo. Na comparação anual, a receita avançou 39,3% somando R\$290,9 milhões em 2010. A taxa de crescimento composta anual da receita nos últimos 3 anos, de cerca de 45%, atesta o bom desempenho da CETIP na função de provedora de infraestrutura para o mercado financeiro. Praticamente todas as linhas de receita apresentaram crescimento, com destaque para outras receitas, que inclui a receita de serviços prestados à CIP e de negociação, bem como para o desempenho da receita de custódia, utilização mensal e registro.

Receita Líquida - R\$ mm



Nota: Dados de 2007 e 2008 pré-forma (não auditado) para melhor comparabilidade com os demais exercícios.

No gráfico abaixo apresentamos a composição da receita pelas principais linhas de serviços nos períodos indicados, evidenciando a estabilidade na composição relativa do faturamento.



Receita de Registro - A receita de registro em 2010 apresentou um crescimento de 38,1%, passando de R\$58,9 milhões para R\$81,4 milhões. Essa variação positiva é explicada principalmente pelo aumento nas receitas provenientes dos instrumentos de renda fixa, da ordem de 42,7%, além de outras receitas, com destaque para o serviço de pré-registro, nova funcionalidade introduzida a partir do segundo trimestre de 2010, contribuindo positivamente para a receita deste segmento.

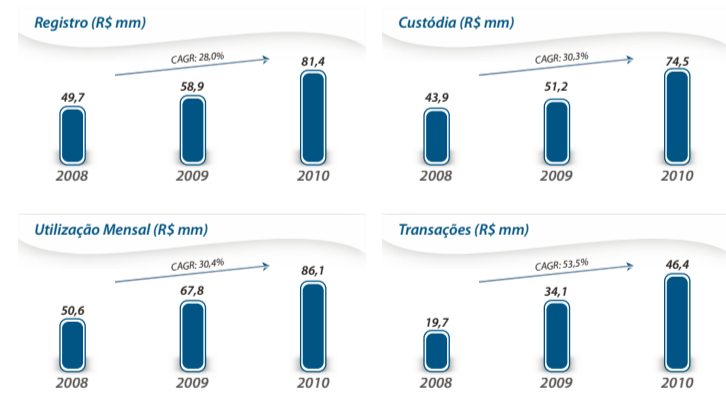
Receita de Custódia - No ano de 2010, as receitas de custódia avançaram 45,5%, totalizando R\$74,5 milhões. Contribuíram para esse aumento o expressivo crescimento do volume médio custodiado, tanto de debêntures quanto o de cotas de fundos. A manutenção de comitentes representou uma receita adicional de R\$6,0 milhões em 2009 e de R\$9,7 milhões no ano de 2010. Cabe destacar também o avanço da receita proveniente de outros ativos em custódia, que inclui a Letra Financeira, que passou de R\$3,7 milhões em 2009 para R\$8,0 milhões em 2010. Esse crescimento é reflexo principalmente do aumento do volume sob custódia desse instrumento, cujo estoque depositado passou de aproximadamente R\$1 bilhão em março de 2010 para cerca de R\$30 bilhões em dezembro de 2010.

Receita de Transações - Nos doze meses de 2010, a receita de transações avançou 36,0%, saindo de R\$34,1 milhões em 2009 para R\$46,4 milhões em 2010. O aumento na quantidade de transações no período contribuiu para o forte desempenho no ano. Tendo em vista que essa receita está atrelada ao processamento dos eventos associados aos ativos custodiados, o crescimento nas quantidades de transações está relacionado ao crescimento na quantidade de ativos mantidos em custódia.

Receita de Utilização Mensal - A receita de utilização mensal apresentou um crescimento de 26,9%, atingindo R\$86,1 milhões em 2010. Contribuíram para esse crescimento o aumento na quantidade média de participantes, bem como o aumento na margem média, tendo em vista a readequação das faixas ao perfil de utilização, com custo médio unitário decrescente em função do volume.

Outras Receitas - Na visão acumulada, registramos um acréscimo de 61,4% em outras receitas, de R\$30,6 milhões em 2009 para R\$49,3 milhões em 2010, em função, principalmente, da introdução da taxa de negociação sobre operações compromissadas e operações definitivas, bem como do crescimento da receita proveniente dos serviços prestados à CIP de 7,5%, impulsionada pelo aumento na quantidade de TEDs processadas da ordem de 28,0% na comparação 2010 vs. 2009. Esse aumento foi impulsionado pela redução do teto mínimo para a realização da TED, de R\$5 mil para R\$3mil, medida anunciada em abril de 2010 pela Febraban - Federação Brasileira de Bancos.

Abaixo o crescimento histórico das principais linhas de receita da Companhia:



• Despesas Operacionais

Em 2010, as despesas operacionais atingiram R\$154,7 milhões, influenciadas por despesas não-recorrentes, com destaque para despesas relacionadas à aquisição da GRV anunciada ao mercado em 1º de dezembro de 2010, bem como despesas com o processo de reestruturação da Companhia e despesas remanescentes da abertura de capital. Deduzidos os efeitos não-recorrentes e as despesas com remuneração baseada em ações sem desembolso de caixa, o montante de despesas registrado em 2010 foi de R\$99,8 milhões.

Os principais itens das despesas operacionais foram: (i) despesas com reestruturação e abertura de capital (R\$10,9 milhões) e aquisição da GRV (R\$35,2 milhões), que totalizaram R\$46,1 milhões, representando 29,8% do total das despesas; (ii) despesas com pessoal, no total de R\$62,2 milhões, representando 40,2% das despesas operacionais; (iii) despesas com remuneração baseada em ações sem desembolso de caixa, no total de R\$8,8 milhões, representando 5,7% das despesas operacionais e (iv) despesas gerais, administrativas e com serviços prestados, que, em conjunto, representaram 18,1% do total. A participação das despesas operacionais sobre a receita líquida, no entanto, perde a representatividade tendo em vista a diluição dos custos proporcionada pelo aumento da receita da Companhia.

• Imposto de Renda e Contribuição Social

A taxa efetiva de Imposto de Renda e Contribuição Social foi de 30,4% em 2010 em decorrência, principalmente do efeito positivo dos juros sobre o capital próprio e incentivos fiscais reduzido parcialmente pelas despesas com remuneração baseadas em ações. Com a incorporação da Advent Depository durante o quarto trimestre de 2009, a Companhia deu início à amortização fiscal do ágio por expectativa de rentabilidade futura, o que representou uma economia tributária no exercício de 2010 de R\$13,4 milhões.

• Lucro Líquido e EBITDA

A CETIP encerrou o exercício de 2010 com lucro líquido de R\$112,3 milhões e margem líquida de 38,6%. Ao longo do exercício, a Companhia distribuiu a seus acionistas o montante bruto de R\$19,3 milhões a título de juros sobre capital próprio, dos quais R\$9,2 milhões referentes ao primeiro semestre de 2010 e R\$10,1 milhões relativos ao segundo semestre do ano. O Conselho de Administração aprovou, em 29 de março, a distribuição adicional de R\$11,2 milhões sob a forma de dividendos, totalizando uma distribuição aos acionistas de R\$30,6 milhões para o exercício de 2010, o que representa 27,6% do lucro líquido registrado no período. A redução no nível de distribuição em relação aos anos anteriores decorre da necessidade de recursos para fazer face aos compromissos financeiros assumidos por conta da aquisição da GRV. A proposta de distribuição do resultado de 2010 será aprovada na Assembleia Geral Ordinária, que deverá ocorrer em abril de 2011.

A expressiva geração de receita da Companhia contribuiu positivamente para o avanço do EBITDA ajustado* que atingiu R\$198,0 milhões em 2010. A margem EBITDA ajustada foi de 68,0% sobre a receita líquida.

* Os valores foram ajustados pelas despesas operacionais não-recorrentes no montante de R\$46,1 milhões referentes a despesas com a aquisição da GRV, o processo de reestruturação e IPO da empresa e pelas despesas com remuneração baseada em ações sem desembolso de caixa no montante de R\$8,8 milhões. O EBITDA não ajustado seria de R\$143,1 milhões em 2010. EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com as demonstrações financeiras e observando as disposições do Ofício Circular CVM nº 01/2007. O EBITDA Ajustado não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A CETIP divulga EBITDA Ajustado porque utiliza esse indicador para medir o seu desempenho.

• Investimentos

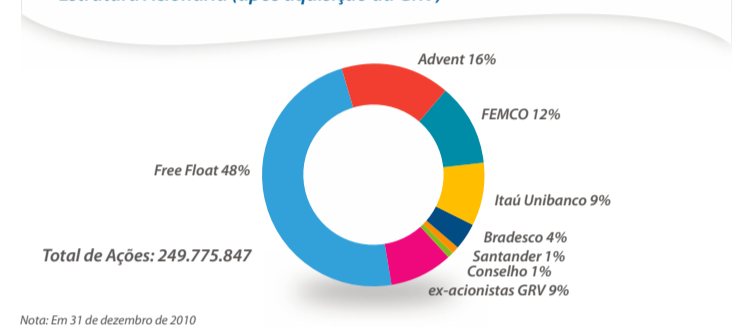
Em 2010, a atividade de investimentos da CETIP atingiu 7,7% da receita líquida ou R\$22,3 milhões, contra 4,2% ou R\$8,8 milhões em 2009. Podemos destacar alguns dos principais investimentos que efetuamos em 2010 e que contribuíram para o avanço em nossa atividade de investimentos: (i) expansão dos servidores e ajuste da nossa capacidade de processamento; (ii) desenvolvimento de novos produtos; (iii) migração de parte do time do Rio de Janeiro para São Paulo, com consequente mudança para um novo escritório em São Paulo. Os recursos para esses investimentos têm origem na própria geração de caixa operacional da Companhia, não havendo necessidade de recursos financeiros de terceiros para estes investimentos.

Outros Destaques de 2010

Aquisição da GRV

Em 1º de dezembro de 2010, a CETIP anunciou a aquisição de 100% do capital da GRV Solutions (GRV). A aquisição da GRV, um dos maiores provedores de infra-estrutura de mercado para registros relacionados a produtos financeiros do país, permitiu significativa expansão do portfólio de produtos da CETIP, proporcionando-lhe um escopo mais abrangente com ampla oferta de produtos e serviços. Os modelos de negócios de ambas as companhias, verticalmente integrados e com elevada alavancagem operacional, proporcionaram a continuidade da geração de valor para sua base acionária, seus clientes e seus usuários, permitindo-lhe apoiar ainda mais o desenvolvimento do sistema financeiro nacional. A operação envolveu o pagamento de R\$2,0 bilhões, sendo: (i) R\$1,0 bilhão desembolsado à vista na data de fechamento da transação, dos quais R\$900 milhões mediante a emissão de debêntures, com esforços restritos de colocação e R\$100 milhões à vista do caixa da Companhia; (ii) R\$555 milhões em 3 prestações iguais, corrigidas por IGP-M+2,0% a.a., vencidas em dezembro/2011, dezembro/2012 e maio/2013; e (iii) R\$445 milhões em 23.485.202 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal de emissão da CETIP avaliadas com base no preço médio ponderado por volume das ações CTIP3 ao longo dos pregões entre 15 de outubro de 2010, inclusive, e 29 de novembro de 2010, inclusive. A aquisição da GRV foi aprovada em 29 de dezembro de 2010 em Assembleia Geral Extraordinária, com 2/3 de aprovação por parte dos acionistas da Companhia.

Estrutura Acionária (após aquisição da GRV)



Nota: Em 31 de dezembro de 2010

Emissão de Debêntures

Em 20 de dezembro de 2010, foi aprovada a primeira emissão de debêntures da CETIP, cujos recursos foram integralmente utilizados para o pagamento de parte do preço de aquisição da totalidade das ações de emissão da GRV. O valor total da emissão foi de R\$900 milhões com prazo de vencimento de 7 anos, contados a partir de 29 de dezembro de 2010, vencendo-se portanto em 29 de dezembro de 2017. O valor nominal será pago em 60 parcelas mensais e sucessivas da seguinte forma: (i) 12 parcelas, cada uma no valor correspondente a 0,80% do valor nominal de cada uma das debêntures, sendo a primeira parcela devida em 29 de janeiro de 2013 e a última parcela devida em 29 de dezembro de 2013; (ii) 47 parcelas, cada uma no valor correspondente a 1,88% do valor nominal de cada uma das debêntures, sendo a primeira parcela em 29 de janeiro de 2014 e a última parcela devida em 29 de novembro de 2017; e (iii) uma parcela, no valor correspondente a 2,04% do valor nominal de cada uma das Debêntures, devida na data de vencimento. A remuneração será paga mensalmente a partir da data de emissão, com o primeiro vencimento em 29 de janeiro de 2011.

Collateral Management

Em 14 de junho de 2010, a CETIP e a Clearstream firmaram acordo comercial *master* para a prestação de serviços de Collateral Management. Atualmente, as Companhias estão trabalhando em conjunto para a adaptação dos sistemas tecnológicos e a estimativa é que esse processo leve entre três a quatro meses para finalização, com lançamento do produto previsto para o segundo semestre de 2011. O novo serviço proporcionará aos clientes da CETIP a oportunidade de acessar o sistema pioneiro de Gestão de Colateral oferecido pela Clearstream, com foco inicial na mitigação de riscos por meio da colateralização de posições de derivativos de balcão gerenciadas pela CETIP. Os serviços de gestão de colateral permitirão aos participantes brasileiros mobilizar ativos elegíveis na CETIP e/ou outras depositárias brasileiras de títulos, além de, eventualmente, utilizarem ativos elegíveis na Clearstream, com o intuito de cumprir com suas obrigações de colateralização.

Plataforma Eletrônica

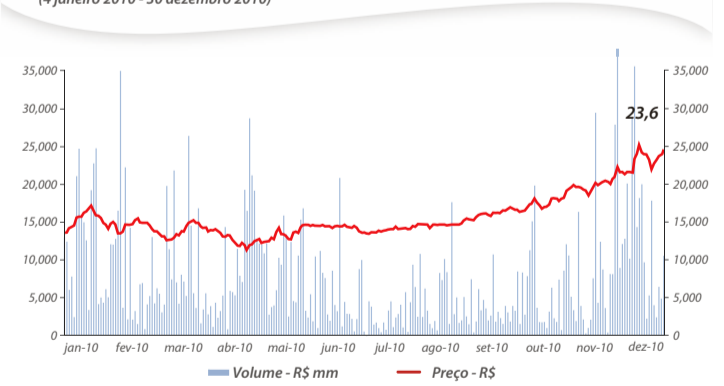
Em 11 de novembro de 2010 a CETIP e a Deutsche Börse AG assinaram uma carta de intenções não-obrigatória (LOI) para possível cooperação para o estabelecimento de uma plataforma eletrônica, com foco inicial em negociação de instrumentos de renda fixa. O escopo da possível cooperação estratégica abrangerá a promoção e comercialização em conjunto de uma plataforma eletrônica de negociação para os participantes de mercado, sendo que as partes definirão o tipo de cooperação a ser estabelecido de acordo com suas necessidades, bem como de acordo com o entendimento do mercado.

Desempenho em Bolsa

A taxa de abertura de capital e a listagem de suas ações no Novo Mercado da Bovespa, em 28 de outubro de 2009, a CETIP realimou seu compromisso com a transparência, a ética e o aprimoramento da governança corporativa. Em 2010 as ações tiveram valorização de 65,6% ante uma variação de 1,0% no Índice Bovespa, em igual período, tendo encerrado o período cotadas a R\$23,60 (o preço de lançamento das ações foi de R\$13,00). Desde o IPO em outubro de 2009, a valorização do papel foi de 81,6%, uma expressiva apreciação, após um ano de capital aberto. Vale destacar que na última revisão do índice MSCI - Morgan Stanley International, em 10 de fevereiro de 2011, a CETIP passou a integrar a sua carteira. O MSCI é considerado referência pelos investidores institucionais, ponderado pela capitalização de mercado ajustada pelo *free-float* de cada setor e país, projetado para medir o desempenho das ações de diversos países e regiões do mundo. A entrada no índice contribuiu para o aumento da liquidez das ações da CETIP, por se tratar de um índice de abrangência global, aumentando a visibilidade dos papéis junto aos analistas de mercado de capitais no Brasil e no exterior. As ações da CETIP também integram outros três índices: o Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC), o Índice Small Cap (SMLL) e o Índice de Ações com Tag Along Diferenciado (ITAG da BM&FBOVESPA).

CTIP3 (R\$) vs. Volume (R\$ mm)

(4 janeiro 2010 - 30 dezembro 2010)



Fonte: Bloomberg

Governança Corporativa

A CETIP está comprometida com os mais altos padrões de governança corporativa. Além de aderir às regras do Novo Mercado, tem como diretriz a observação de sólidas práticas de autorregulação, de acordo com as disposições da Instrução CVM nº 461, que disciplina o funcionamento dos mercados regulamentados de valores mobiliários. As companhias que integram o Novo Mercado submetem-se, voluntariamente, a regras mais rígidas do que as presentes na legislação brasileira, obrigando-se, por exemplo, a: (i) manter apenas ações ordinárias em seu capital social; (ii) manter, no mínimo, 25% de ações em circulação; (iii) detalhar e incluir informações adicionais nas informações trimestrais; e (iv) disponibilizar as demonstrações financeiras anuais no idioma inglês e com base em princípios de contabilidade internacionalmente aceitos. A adesão ao Novo Mercado se dá por meio da assinatura de contratos entre a Companhia, seus Administradores e Acionistas Controladores e a BM&FBOVESPA, além da adaptação do Estatuto Social da Companhia às regras contidas no Regulamento do Novo Mercado.

Adesão à Câmara de Arbitragem do Mercado

A Companhia aderiu à Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula estabelecida em seu Estatuto Social. Essa instância, instituída pela Bolsa de Valores, arbitra disputas e controversias que possam existir entre controladores das empresas listadas no Novo Mercado, acionistas em geral, Administradores, membros do Conselho Fiscal e a própria Bolsa.

Relacionamento com Auditores Independentes

A política da Companhia é regida pelo princípio de independência dos auditores e restringe serviços a serem prestados pelas empresas contratadas com essa finalidade. Nesse sentido, no ano de 2010, a KPMG Auditores Independentes não realizou outros serviços não relacionados à auditoria para a Companhia, sendo assegurada a prestação desses serviços de forma objetiva e independente.

Declaração da Diretoria

Em conformidade com as disposições na Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que discutiu e revisou as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, e concordou com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes.

Agradecimentos

Expressamos grato e reconhecimento aos nossos participantes, acionistas, parceiros, poder público e funcionários, pelo apoio e colaboração diária para a construção da CETIP, o aperfeiçoamento de nossos objetivos e pela condução da busca constante da criação de valor.

A Administração

Rio de Janeiro, 29 de março de 2011.

Balancos Patrimoniais

Em milhares de reais

Ativo	Notas	CETIP			Passivo e patrimônio líquido	Notas	CETIP		
		31/12/10	31/12/09	31/12/10			31/12/10	31/12/09	31/12/10
Circulante		248.030	80.562	251.598	Circulante	302.102	28.153	303.392	
Caixa e equivalentes de caixa	4	667	234	853	Fornecedores	12.670	4.830	12.685	
Aplicações financeiras - livres e vinculadas	5	160.303	49.866	160.809	Obrigações trabalhistas e encargos	12	28.361	7.059	
Contas a receber	6	67.089	24.222	69.895	Tributos a recolher	13	13.885	5.421	
Impostos e contribuições a compensar		5.896	2.052	5.896	Imposto de renda e contribuição social		8.397	-	
Outros créditos		11.450	457	11.517	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar		22.248	10.814	
Despesas antecipadas	7	2.625	3.731	2.628	Provisão gastos com aquisição GRV		35.510	-	
Não circulante		2.321.703	307.565	2.319.425	Preço de aquisição - parcela a prazo	8	178.100	-	
Realizável a longo prazo		133.597	258.067	133.597	Obrigações de arrendamentos financeiros	15	2.846	-	
Aplicações financeiras - livres e vinculadas	5	58.644	186.183	58.644	Outras obrigações		85	29	
Depósitos judiciais		72	66	72	Não circulante		1.318.597	5.537	
Despesas antecipadas	7	975	533	975	Fornecedores		321	-	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23a	73.360	71.285	73.360	Imposto de renda e contribuição social diferidos	23a	79.413	3.008	
Outros créditos		546	546	546	Provisão para contingências e obrigações legais	14	2.083	2.208	
Investimentos		59.095	3.874	4.633	Debentures emitidas	15	892.683	-	
Investimento em coligada	9b	4.100	3.491	4.100	Preço de aquisição - parcelas a prazo	8	341.828	-	
Investimento em controlada	9a	54.462	-	-	Obrigações de arrendamentos financeiros	15	2.590	-	
Outros investimentos		533	383	533	Patrimônio líquido		949.034	354.437	
Imobilizado	10	44.070	28.102	44.112	Capital social	16a	218.549	204.315	
Intangível	11	2.084.941	17.522	2.137.083	Reservas de capital	16b	648.383	102.829	
					Ajustes de avaliação patrimonial		(200)	(888)	
					Reservas de lucros	16c,d	82.302	2.048	
					Lucros/prejuízos acumulados		-	(1.447)	
					Dividendos adicionais propostos		-	47.580	
Total do ativo		2.569.733	388.127	2.571.023	Total do passivo e patrimônio líquido		2.569.733	388.127	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

Saldo em 1º de janeiro de 2009	Notas	Capital social	Reservas de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reservas de lucros	Reserva Estatutária	Lucros/prejuízos acumulados	Dividendos adicionais propostos	Total
Resultado abrangente										
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	66.605	-	66.605
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda, líquido dos efeitos tributários		-	-	(888)	-	-	-	-	-	(888)
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	(888)	-	-	-	66.605	-	65.717
Transações com acionistas e outras movimentações										
Distribuição de dividendos relativos ao resultado de 2008	16e	-	-	-	-	(29.189)	-	-	-	(29.189)
Aumento de capital - exercício de opções de ações	25c	1.617	-	-	-	-	-	-	1.617	1.617
Apropriação - planos de opções de ações	25c	-	13.024	-	-	-	-	-	-	13.024
Reserva especial de ágio - incorporação Advent Depository	16f	-	70.650	-	-	-	-	-	-	70.650
Parcela adicional do acervo líquido da Advent Depository incorporada		-	369	-	-	-	-	-	-	369
Destinações do lucro líquido do exercício										
Juros sobre capital próprio	16e	-	-	-	-	-	-	(15.825)	-	(15.825)
Dividendos propostos	16e	-	-	-	-	-	-	(50.780)	47.580	(3.200)
Total das transações com acionistas e outras movimentações		1.617	84.043	-	-	(29.189)	-	(66.605)	47.580	37.446
Saldo em 31 de dezembro de 2009		204.315	102.829	(888)	2.048	29.189	-	(1.447)	47.580	354.437
Resultado abrangente										
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	112.319	-	112.319
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda, líquido dos efeitos tributários		-	-	688	-	-	-	-	-	688
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	688	-	-	-	112.319	-	113.007
Transações com acionistas e outras movimentações										
Aprovação/pagamento - dividendos adicionais propostos	16e	-	-	-	-	-	-	-	(47.580)	(47.580)
Aumento de capital - capitalização de parcela da reserva especial de ágio	16f	2.229	(2.229)	-	-	-	-	-	-	-
Operação foi implementada da seguinte forma:										
sobras rateadas e leilão de sobras não subscritas	16f	3.077	-	-	-	-	-	-	-	3.077
Aumento de capital - exercícios de opções de ações	25c	6.586	-	-	-	-	-	-	-	6.586
Aumento de capital - emissão de ações para aquisição GRV	8	2.342	538.991	-	-	-	-	-	-	541.333
Apropriação - planos de opções de ações	25c	-	8.792	-	-	-	-	-	-	8.792
Destinações do lucro líquido do exercício										
Juros sobre capital próprio	16e	-	-	-	-	-	-	(19.333)	-	(19.333)
Dividendos propostos	16e	-	-	-	-	-	-	(11.285)	-	(11.285)
Destinação para reserva	16e	-	-	-	-	-	-	80.254	-	80.254
Total das transações com acionistas e outras movimentações		14.234	545.554	-	-	-	-	(110.872)	(47.580)	481.590
Saldo em 31 de dezembro de 2010		218.549	648.383	(200)	2.048	29.189	-	80.254	47.580	949.034

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional
A CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (“CETIP” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro, resultante do processo de desmumificação da CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação (“CETIP Associação”) ocorrido em 2008.
A CETIP administra mercados de balcão organizados, ou seja, de ambientes de negociação e registro de valores mobiliários, títulos públicos e privados de renda fixa e derivativos de balcão. É uma câmara de compensação e liquidação sistemicamente importante, nos termos definidos pela legislação do SPB – Sistema de Pagamentos Brasileiro (Lei nº 10.214), que efetua a custódia escritural de ativos e contratos, registra operações realizadas no mercado de balcão, processa a liquidação financeira e oferece ao mercado uma plataforma eletrônica para a realização de diversos tipos de operações online, tais como leilões e negociação de títulos públicos, privados e valores mobiliários de renda fixa.
A Companhia é a maior depositária de títulos privados de renda fixa da América Latina e é a maior câmara de ativos privados do mercado financeiro brasileiro. Sua atuação confere o suporte necessário a todo o ciclo de operações com títulos de renda fixa, valores mobiliários e derivativos de balcão.
Durante o exercício, a Companhia adquiriu a totalidade do capital social votante da GRV Solutions S.A. (“GRV”) e de sua subsidiária integral GRV Info Tecnologia S.A. (“GRV Info”). A GRV é o principal provedor privado de informações de inserções e baixas de gravames, com sistema eletrônico integrado e de abrangência nacional, fornecedora de uma infra-estrutura crítica ao mercado de financiamento de veículos.
Aquisição da GRV
Em 1º de dezembro de 2010, a CETIP celebrou com os acionistas da GRV, Contrato de Compra e Venda de Ações, Incorporação e Outras Avenças (“Contrato”) com condição suspensiva, por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições para aquisição de 100% do capital da GRV pela CETIP. A conclusão da aquisição estava sujeita ao cumprimento pelas partes de determinadas condições previstas no Contrato e à sua aprovação, nos termos da legislação aplicável, pelos acionistas da CETIP. A operação foi concluída em 29 de dezembro de 2010, data em que a CETIP adquiriu o controle da GRV. A operação envolveu um valor total de R\$2.000.000, pela aquisição de 100% do capital social da GRV. A aquisição foi implementada da seguinte forma:
a) Aquisição, pela CETIP, de ações representativas de 77,75% do capital total e votante da GRV, pelo preço total de R\$ 1.555.021, a serem pagas conforme segue:
(i) R\$ 1.000.000 desembolsado à vista na data de fechamento da transação;
(ii) R\$ 555.000 em três prestações iguais, corrigidas por IGP-M + 2,0% a.a., vincendas em dezembro/2011, dezembro/2012 e maio/2013; e
b) Subsequente incorporação da GRV pela CETIP com a entrega de:
(i) R\$ 445.000 em 23.485.202 ações ordinárias, escrituras e sem valor nominal de emissão da CETIP avaliadas com base no preço médio ponderado por volume das ações CTIP3 ao longo dos pregões entre 15 de outubro de 2010, inclusive, e 29 de novembro de 2010, inclusive.
A CETIP financiou o pagamento de uma parte do preço à vista correspondente a R\$900.000 mediante a distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476/09, de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da 1ª emissão da CETIP (“Debêntures”). Os recursos obtidos com a emissão foram destinados para o pagamento de parte do preço de aquisição.
Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de dezembro de 2010, foi aprovada, entre outras matérias, a incorporação da totalidade do patrimônio líquido da GRV pela CETIP nos termos do Instrumento de Incorporação e Justificativa da Operação, datado de 2 de dezembro de 2010.
Em decorrência da incorporação da GRV pela CETIP, os acionistas da GRV receberam, em 29 de dezembro de 2010 (data de conclusão da operação), 23.485.202 ações ordinárias, escrituras e sem valor nominal de emissão da CETIP, sendo a referida relação de substituição, resultado de negociação entre a administração da Companhia e os acionistas da GRV, após considerarem estudos da Companhia e as opiniões dos seus assessores.
Considerando que a aquisição ocorreu em 29 de dezembro de 2010, não foi registrado nenhum resultado gerado pela GRV e/ou pela controlada GRV Info na demonstração do resultado e do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010.
Informações adicionais sobre a referida combinação de negócios estão incluídas na Nota 8.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras
As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 29 de março de 2011.
a. Base de mensuração
As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico exceto pelos ativos financeiros disponíveis para venda e ativos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.
b. Demonstrações financeiras consolidadas
As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).
As demonstrações financeiras consolidadas também foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board.
Estas são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas de acordo com CPCs e IFRS pela Companhia. As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas anteriormente no Brasil (BR GAAP antigo) e CPCs/IFRS, incluindo as reconciliações do patrimônio líquido e do resultado, estão descritas na Nota 28.
As demonstrações financeiras consolidadas incluem os saldos da CETIP e de sua subsidiária integral, GRV Info, entidade adquirida no contexto da aquisição da GRV.
Considerando que a aquisição ocorreu em 29 de dezembro de 2010, não foi registrado nenhum resultado gerado pela GRV e/ou pela controlada GRV Info na demonstração do resultado e do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Por essa razão, não estão sendo apresentadas demonstrações consolidadas do resultado, resultado abrangente e do valor adicionado para o exercício de 2010. Adicionalmente, considerando que a Companhia não possuía controladas antes da aquisição da GRV, não estão sendo apresentadas demonstrações consolidadas relativas ao exercício de 2009.
c. Demonstrações financeiras individuais
As demonstrações financeiras individuais da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são publicadas juntas com as demonstrações financeiras consolidadas.
Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em controladas e coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. No caso da Companhia, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, já que de acordo com o IFRS estes investimentos seriam avaliados pelo custo ou valor justo.
Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado e o patrimônio líquido e resultado da Companhia em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas e as demonstrações financeiras individuais da Companhia estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.
Moeda funcional e moeda de apresentação
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.
e. Apresentação de informação por segmentos
As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

Devido ao seu modelo de negócios verticalmente integrado e as características das atividades da Companhia, as informações fornecidas a Diretoria Executiva consistem de um único segmento operacional. Desta forma, em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, a Companhia possui apenas um segmento operacional divulgável.
Com a aquisição da GRV, as informações da Companhia relativas ao exercício de 2011 passarão a ser apresentadas ao menos em dois segmentos operacionais: (i) segmento de compensação, liquidação e de valores mobiliários (atividades desenvolvidas pela CETIP antes da aquisição da GRV) e (ii) segmento de suporte a operações de crédito (atividades anteriormente desenvolvidas pela GRV).

f. Estimativas contábeis
A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com IFRS e CPCs requer que a administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.
Estimativas e premissas são revisadas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.
As informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas e estimativas e premissas contábeis críticas que podem apresentar efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:
(i) Nota 8 – determinação do valor justo da contraprestação transferida e do valor justo dos ativos e passivos identificáveis adquiridos na combinação de negócios;
(ii) Nota 10 e 11 – determinação da vida útil estimada dos itens do ativo imobilizado e ativo intangível;
(iii) Nota 14 – determinação das provisões para contingências;
(iv) Nota 25c – determinação do valor justo das opções de ações concedidas a funcionários e estimativa da quantidade de opções que atingirão o vesting.
g. Mudança em estimativas – revisão da vida útil estimada
Durante o 1º trimestre de 2010, a Companhia concluiu a primeira das análises periódicas com o objetivo de revisar e ajustar a vida útil econômica estimada para o cálculo da depreciação e amortização, bem como para determinar o valor residual dos itens do imobilizado. Para fins dessa análise, a Companhia contratou empresa especializada, que em sua avaliação considerou o planejamento operacional da Companhia para os próximos exercícios, antecedentes internos, como o nível de manutenção e utilização dos itens, elementos externos de comparação, tais como tecnologias disponíveis e taxas de vivência dos bens. Considerando que historicamente a Companhia não efetua a alienação de seus principais itens do imobilizado, o valor residual da maior parte dos itens do imobilizado foi considerado como sendo igual a zero. A nova estimativa de vida útil remanescente dos itens do imobilizado e intangível, de forma comparativa com as adotadas até 31 de dezembro de 2009, está demonstrada no quadro a seguir, e foi contabilizada de forma prospectiva a partir de 1º de janeiro de 2010.

Itens do imobilizado e intangível	Taxa anual média de depreciação/amortização - %	
	Até 31/12/2009	Para 2010
Edificações	4,0	2,2
Benefitórias e instalações	10,0	7,2
Máquinas e equipamentos	10,0	13,9
Equipamentos de informática	20,0	19,7
Sistemas e programas	20,0	6,6
Veículos	20,0	12,2
Outros	10,0	7,6
Softwares e sistemas	20,0	10,6

Essa mudança de estimativa provocou uma redução de aproximadamente R\$ 3.943 nas despesas de depreciação e amortização para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

3. Resumo das principais políticas contábeis
As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de janeiro de 2009 com a finalidade da transição para o IFRS e CPCs, exceto nos casos indicados ao contrário.
a. Base de consolidação
(i) Combinações de negócios
Para aquisições efetuadas em 1º de janeiro de 2009 ou após essa data, a Companhia mensura o ágio como o valor justo da contraprestação transferida, deduzindo o valor justo líquido dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição.
Os custos de transação, que não sejam aqueles associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, os quais a Companhia incorre com relação a uma combinação de negócios, são reconhecidos como despesas à medida que são incorridos.
(ii) Investimento em controladas
Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos de voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.
(iii) Investimento em coligadas
As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle, sobre as políticas financeiras e operacionais. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20 e 50 por cento do poder votante de outra entidade.
Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. A participação nos lucros ou prejuízos das coligadas é reconhecida na demonstração do resultado e sua participação na movimentação em reservas e também reconhecida de maneira reflexiva nas reservas da Companhia. As movimentações cumulativas são ajustadas contra o valor contábil do investimento.
As políticas contábeis das coligadas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.
(iv) Transações eliminadas na consolidação
Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.
Caixa e equivalentes de caixa
O saldo de caixa e equivalentes de caixa, para fins da demonstração dos fluxos de caixa, inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo (até 3 meses a contar da data da contratação), de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.
c. Instrumentos financeiros
i. Classificação e mensuração dos ativos financeiros
A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos e é determinada no reconhecimento inicial dos ativos financeiros.
ii. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado
Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são (i) ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente ou (ii) ativos designados pela Companhia, no reconhecimento inicial, como mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos mantidos para negociação são classificados como ativos circulantes independentemente de seu prazo contratual de vencimento. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em “resultado financeiro” no período em que ocorrem.

Demonstrações do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Receita líquida de serviços	Notas	CETIP			Despesas e patrimônio líquido	Notas	CETIP		
		2010	2009	2010			2010	2009	2010
Receita líquida de serviços	18	290.944	290.944	208.833	Receita líquida de serviços	18	290.944	290.944	208.833
(Despesas)/outras receitas operacionais		(154.686)	(122.807)	(122.807)	(Despesas)/outras receitas operacionais		(154.686)	(122.807)	(122.807)
Despesas com pessoal		(62.193)	(44.600)	(44.600)	Despesas com pessoal		(62.193)	(44.600)	(44.600)
Remuneração baseada em ações sem desembolso de caixa	25c	(8.792)	(13.024)	(13.024)	Remuneração baseada em ações sem desembolso de caixa	25c	(8.792)	(13.024)	(13.02

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

vi. Passivos financeiros não derivativos
 A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.
 A Companhia tem os seguintes principais passivos financeiros não derivativos: empréstimos, debêntures, fornecedores e outras contas a pagar.
 Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

vii. Valor justo
 O valor justo dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de mercado. Caso existam ativos financeiros contabilizados a valor justo para os quais não exista um mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação, tais como a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções.

viii. Redução do valor recuperável de ativos financeiros
 A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor superior ao seu valor recuperável (*impairment*). Se houver alguma evidência de *impairment* para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa registrada no patrimônio líquido é transferida e reconhecida na demonstração do resultado.

d. Contas a receber e outros créditos
 As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços cujo curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

e. Despesas antecipadas
 As despesas antecipadas são despesas decorrentes de contratos firmados entre fornecedores e a Companhia, decorrentes de diversas prestações de serviços pagas antecipadamente. As despesas são apropriadas para o resultado em função do prazo de cada contrato e a medida que os serviços são recebidos.

f. Depósitos judiciais
 Os depósitos judiciais são apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Companhia (Nota 14).

g. Imobilizado
 Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

h. Intangível
 O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível".

i. Relações contratuais
 As relações contratuais, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação contratual, pelas taxas descritas na Nota 11.

ii. Licenças de softwares adquiridas
 Licenças adquiridas de programas de computador são registradas pelo custo total de aquisição, ajustado, quando aplicável, pelo seu valor de recuperação e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 11.

iii. Desenvolvimento de softwares
 Os gastos diretamente associados ao desenvolvimento de softwares identificáveis, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de softwares e outras despesas diretamente relacionadas ao desenvolvimento do ativo. Os gastos com o desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 11.

iv. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros
 O imobilizado e os ativos intangíveis de vida útil definida são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre (i) o preço líquido de venda e (ii) o valor em uso de um ativo.

v. Fornecedores e outras contas a pagar
 As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

k. Debêntures
 As debêntures emitidas são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstradas pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que as debêntures estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

l. Obrigações de arrendamentos financeiros
 Os contratos de arrendamento de bens do imobilizado que foram arrendados. Os arrendamentos do imobilizado, na qual a Companhia detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são contabilizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos mínimos do arrendamento mercantil são segregados entre encargo financeiro e redução do passivo em aberto. O encargo financeiro é apropriado a cada período durante o prazo do arrendamento mercantil de forma a produzir uma taxa de juros periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo. O imobilizado adquirido por meio de arrendamento financeiro é depreciado durante a vida útil do ativo.

m. Reconhecimento da receita
 A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços cujo curso normal das atividades da Companhia.
 As receitas são reconhecidas no momento da realização das transações (a exemplo das receitas de registro e transações) ou da prestação do serviço (a exemplo das receitas de custódia e utilização mensal), de acordo com a competência.

n. Receitas e despesas financeiras
 As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

o. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio
 A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é apenas destacado dentro do patrimônio líquido e somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

p. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais
 O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25/IAS 37.

q. Benefícios a funcionários
 O reconhecimento de benefícios a funcionários é efetuado durante o exercício, desde que o valor possa ser mensurado de maneira confiável pela Companhia. Caso isso não ocorra, o reconhecimento dessa participação é realizado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor certamente pode ser mensurado de maneira confiável.

iii. Remuneração com base em ações
 A Companhia oferece a empregados e executivos planos de remuneração com base em ações, liquidados em ações da Companhia, segundo os quais a Companhia recebe os serviços como contraprestações das opções de compra de ações. O valor justo das opções concedidas é reconhecido como despesa, durante o período no qual o direito é adquirido (*vesting period*). Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas de quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições e reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado e no balanço patrimonial líquido, prospectivamente.

r. Imposto de renda e contribuição social
 O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas de (i) 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 por ano para imposto de renda e (ii) 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.
 A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

s. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais
 O reconhecimento de ativos e passivos contingentes e obrigações legais é efetuado durante o exercício, desde que o valor possa ser mensurado de maneira confiável pela Companhia. Caso isso não ocorra, o reconhecimento dessa participação é realizado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor certamente pode ser mensurado de maneira confiável.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultarem do reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável. Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas é reconhecido quando é provável que lucros futuros suficientes à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

s. Ativos e passivos circulantes e não circulantes
 A segregação entre circulante e não circulante é efetuada considerando o prazo de 12 meses a contar da data-base das demonstrações financeiras.

t. Lucro por ação
 O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

u. Demonstrações de valor adicionado
 A Companhia elaborou demonstrações de valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

v. Novas normas e interpretações ainda não adotadas
 Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, sendo essas:

- *Limited exemption from Comparative IFRS 7 Disclosures for First-time Adopters.*
- *Improvements to IFRS 2010.*
- *IFRS 9 Financial Instruments*
- *Prepayment of a minimum fund requirement (Amendment to IFRIC 14)*
- *Amendments to IAS 32 Classification of rights issues*

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRSs acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários.

A Companhia ainda não estimou a extensão do impacto destas novas normas em suas demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalentes de caixa
 O saldo de caixa e equivalentes de caixa está composto conforme demonstrado abaixo:

	CETIP		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010
Caixa	113	12	8	123
Depósitos bancários	529	5	40	705
Certificados de depósito bancário	25	217	-	25
	667	234	48	853

5. Aplicações financeiras
a. Classificação por natureza e categoria

	CETIP		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Mensurados ao valor justo por meio do resultado			
Fundos de investimento (a)	15.598	6.415	5.891
Certificados de depósito bancário	5.479	-	-
Letras Financeiras do Tesouro	66.500	43.451	-
Disponíveis para venda			
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	162.612
Notas do Tesouro Nacional - Série F	95.416	153.637	-
Mantidas até o vencimento			
Aplicações financeiras vinculadas (b)	-	-	29.059
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	29.059
Letras do Tesouro Nacional	35.954	32.546	-
	218.947	236.049	197.562
Ativo circulante	160.303	49.866	197.562
Realizável a longo prazo	58.644	186.183	-
	218.947	236.049	197.562
	31/12/2010		

Mensurados ao valor justo por meio do resultado
 Fundos de investimento (a) 15.598
 Certificados de depósito bancário 5.985
 Letras Financeiras do Tesouro 66.500

Disponíveis para venda
 Letras Financeiras do Tesouro -
 Notas do Tesouro Nacional - Série F 95.416

Mantidas até o vencimento
 Aplicações financeiras vinculadas (b) -
 Letras Financeiras do Tesouro -
 Letras do Tesouro Nacional 35.954

Ativo circulante 160.809
Realizável a longo prazo 58.644

6. Contas a receber

	CETIP		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
A vencer	66.408	24.222	17.721
Vencidos até 30 dias	180	-	-
Vencidos entre 31 e 90 dias	248	-	-
Vencidos entre 91 e 180 dias	149	-	-
Vencidos acima de 180 dias	143	-	-
Total	67.128	24.222	17.721
Provisão para <i>impairment</i>	(39)	-	-
Total líquido	67.089	24.222	17.721

10. Imobilizado

	CETIP							Total
	Terrenos	Edificações, benfeitorias e instalações	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Sistemas e programas	Veículos	Outros	em andamento
Saldos em 1º de janeiro de 2009	6.874	10.921	550	5.279	7.523	189	578	103
Aquisição	-	22	83	749	28	76	-	1.824
Alienação/baixa	-	(4)	(14)	(75)	-	(59)	(16)	-
Transferências	-	122	10	1.395	74	-	47	(1.468)
Provisão <i>impairment</i>	-	(329)	-	-	-	-	(174)	(503)
Depreciação	-	(1.223)	(148)	(2.166)	(2.723)	(44)	(110)	(6.414)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	6.874	9.509	481	5.182	4.902	324	401	429
Aquisição	-	2	52	3.104	103	-	23	5.266
Alienação/baixa	-	(2)	(2)	(51)	-	-	(1)	(56)
Transferências	-	2.712	1.334	1.175	(69)	-	669	(5.036)
Incorporação	-	2.950	1.008	5.937	-	87	654	-
Depreciação	-	(673)	(220)	(1.965)	(908)	(28)	(97)	(3.891)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	6.874	14.998	2.653	13.382	4.028	383	1.649	603
Custo total	6.874	26.676	7.052	32.236	14.099	494	3.407	603
Depreciação acumulada	-	(12.178)	(4.399)	(19.236)	(10.071)	(111)	(1.758)	-
Taxas anuais médias de depreciação	-	6,3%	13,5%	18,0%	6,6%	10,2%	8,6%	-

11. Intangível

	CETIP		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Provisão para férias e encargos	5.687	3.200	2.635
INSS a recolher	786	555	463
FGTS a recolher	571	188	151
Provisão para participação nos lucros	17.669	3.104	-
Provisão para rescisões, desligamentos	1.509	-	-
Outros	2.139	12	9
Total	28.361	7.059	3.258

12. Obrigações trabalhistas e encargos

	CETIP		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Provisão para férias e encargos	5.687	3.200	2.635
INSS a recolher	811	580	463
FGTS a recolher	571	188	151
Provisão para participação nos lucros	17.848	3.104	-
Provisão para rescisões, desligamentos	1.509	-	-
Outros	2.139	12	9
Total	28.692	7.059	3.258

13. Tributos a recolher

	CETIP		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
PIS e COFINS a recolher	4.555	2.122	1.532
ISS a recolher	1.078	850	617
Imposto de renda retido na fonte (IRRF)	5.167	2.184	1.578
Outros	3.085	265	30
Total	13.885	5.421	3.757

14. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais
 A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

	Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009
A vencer	68.962	180
Vencidos até 30 dias	249	249
Vencidos entre 31 e 90 dias	192	192
Vencidos entre 91 e 180 dias	392	392
Vencidos acima de 180 dias	159	159
Total	69.934	693
Provisão para <i>impairment</i>	(39)	-
Total líquido	69.989	693

Em 31 de dezembro de 2010, o prazo médio de vencimento das contas a receber era de 10 dias úteis (31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009 – 6 dias úteis).

7. Despesas antecipadas
 As despesas antecipadas estão compostas substancialmente por contratos de suporte e manutenção de softwares e sistemas, sendo apropriadas ao resultado conforme a duração dos contratos em vigor. O prazo médio de apropriação do saldo de despesas antecipadas remanescente em 31 de dezembro de 2010 era de 30 meses (31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009 – 13 meses).

8. Combinação de negócios
 Em 29 de dezembro de 2010, a Companhia adquiriu 100% do capital social da GRV, principal provedor privado de informações de inserções e baixas de gravames, com sistema eletrônico integrado e de abrangência nacional, fornecedor de uma infra-estrutura crítica ao mercado de financiamento de veículos. A aquisição permitirá a exploração de potenciais sinergias entre CETIP e GRV, além da criação de uma companhia com plataforma de negócios diversificada.

O ágio que surge da aquisição é atribuído à expectativa de rentabilidade futura e às sinergias comerciais esperadas da combinação das operações da CETIP e da GRV. Espera-se que o ágio dedutível para fins de imposto de renda apurado de acordo com as regras fiscais e regras contábeis vigentes até 31 de dezembro de 2007 monte a aproximadamente R\$ 815.000.

A tabela a seguir resume o valor justo da contraprestação paga aos antigos acionistas da GRV e os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos reconhecidos na data da aquisição.

Contraprestação		Em 29 de dezembro de 2010	
Caixa	1.000.000		
Instrumentos patrimoniais emitidos (23.485.202 ações ordinárias)	541.334		
Parcelas a prazo	519.415		
Ajuste do preço de aquisição	(9.478)		
Total da contraprestação	2.051.271		
Custos relacionados com aquisição (incluindo na demonstração do resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2010)	35.216		

Valores reconhecidos de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

Caixa e equivalentes de caixa	814
Aplicações financeiras	5.985
Contas a receber	30.458
Impostos e contribuições a compensar	177
Outros créditos	2.245
Despesas antecipadas	352
Investimento em controladas (Nota 9a)	-
Imobilizado (Nota 10)	10.677
Softwares e sistemas (incluindo em intangíveis) (Nota 11)	9.699
Relacionamentos contratuais (incluindo em intangíveis) (Nota 11)	930.150
Fornecedores	(7.481)
Obrigações trabalhistas e encargos	(7.349)
Tributos a recolher	(6.892)
Imposto de renda e contribuição social	(9.202)
Obrigações de arrendamentos financeiros	(5.436)
Outras obrigações	(2.389)
Passivos de imposto diferido (Nota 0a)	(70.722)
<	

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a. Ativos contingentes
A Companhia não possui nenhum ativo contingente reconhecido em seu balanço, assim como não possui, no momento, processos judiciais que gerem expectativa de ganhos futuros com probabilidade de êxito provável ou praticamente certa.

b. Contingências passivas
A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, no caso das ações trabalhistas, considerando também o histórico de perdas e quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as eventuais perdas relativas a esses processos.
As provisões relativas aos processos em que as expectativas de perda são consideradas prováveis compõem-se principalmente da seguinte forma:
i. Contingências trabalhistas - consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago nas rescisões contratuais.
ii. Honorários advocatícios - provisão para cobrir os custos com honorários advocatícios principalmente relacionados ao processo de ISS descrito no item f. abaixo.

c. Obrigações legais
Representadas por processos movidos pela CETIP Associação onde é questionada judicialmente a incidência de determinados tributos. O quadro abaixo demonstra os valores das obrigações legais que estão sendo apresentadas deduzidas dos respectivos valores depositados em juízo.

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
COFINS sobre faturamento (i)	10.651	10.651	10.651
(-) Depósitos judiciais	(10.651)	(10.651)	(10.651)
COFINS sobre outras receitas (ii)	944	944	944
(-) Depósitos judiciais	(944)	(944)	(944)
ISS (iii)	15.415	8.603	5.187
(-) Depósitos judiciais	(14.280)	(8.243)	(4.912)
	1.135	360	275

i. Ação movida em agosto de 2004 contra a União Federal pleiteando o enquadramento das receitas operacionais da CETIP Associação no inciso X do artigo 14 da Medida Provisória nº 2.158-35/2001, reconhecendo-se, dessa forma, a sua isenção da COFINS. A COFINS sobre o faturamento passou a ser recolhida normalmente a partir de julho de 2008, após a desmutualização da CETIP Associação.
ii. Ação movida em novembro de 2005 contra a União Federal pleiteando a isenção da COFINS sobre outras receitas (principalmente receitas financeiras). Quando do julgamento dos Recursos Extraordinários nºs 346084, 357950, 358273 e 390840 o Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucional o § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98. Os depósitos deixaram de ser efetuados a partir de agosto de 2008, após a desmutualização da CETIP Associação.
iii. Ações movidas pleiteando a não-incidência do ISS sobre as receitas de prestação de serviços de custódia, registro de títulos e outros serviços por não constarem na lista de serviços anexa ao Decreto-lei nº 406/68. Os montantes devidos a título de ISS, objeto destas ações, são depositados judicialmente com base em liminares concedidas.

d. Movimentação dos saldos

	Cancelamento de cotas	Trabalhistas	Honorários advocatícios	Obrigações legais	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2009	-	926	661	275	1.862
Adições / (reversões)	16.200	141	120	3.416	19.877
Baixas	(16.200)	-	-	-	(16.200)
Depósitos judiciais (item c)	-	-	-	(3.331)	(3.331)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	-	1.067	781	360	2.208
Adições / (reversões)	-	(1.012)	112	6.812	5.912
Depósitos judiciais (item c)	-	-	-	(6.037)	(6.037)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	-	55	893	1.135	2.083

e. Perdas possíveis, não provisionadas no balanço
A Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificadas pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída.
Os principais processos onde os riscos de perda foram avaliados como possíveis estão representados por:

i. Processos relacionados a cancelamento de cotas - a CETIP, como sucessora da CETIP Associação, está sendo questionada judicialmente em função do cancelamento de cotas de alguns participantes. Apesar da opinião dos advogados externos que consideram estas chances de êxito nessas questões, a Administração decidiu por entrar em acordo com estes ex-cotistas durante o exercício de 2009, tendo sucesso na maioria dos casos. Em 31 de dezembro de 2010, existem aproximadamente 31 processos para os quais não foi possível resolução através de acordo, com valor em risco estimado em aproximadamente R\$16.709 e cujas chances de perda são consideradas possíveis.
ii. Autuações da Receita Federal do Brasil, lavradas em 13 de julho de 2009 e em 18 de agosto de 2010, contra a CETIP Associação relativas ao recolhimento da diferença com multa e juros da COFINS entre os regimes Cumulativo (3%) e Não Cumulativo (7,6% menos créditos) no período de 1º de agosto de 2004 a 30 de junho de 2006, cujos valores atualizados em 31 de dezembro de 2010 totalizam R\$26.535. Estes autos estão diretamente ligados ao processo detalhado no item c. i. acima, no qual é pleiteada a isenção total do tributo. Os autos de infração resultante do mandado de procedimento fiscal foram impugnados administrativamente. Foi proferida sentença em 1º grau reconhecendo a CETIP Associação como isenta da COFINS sobre as receitas próprias. Em novembro de 2010, a Companhia tomou conhecimento que o recurso de apelação interposto pela União Federal havia sido julgado e negado, sendo mantida a sentença de 1º grau.

g. Perdas remotas
Em 12 de dezembro de 2003, a Secretária Municipal de Fazenda da cidade de São Paulo efetuou diversas autuações contra a CETIP Associação, requerendo o recolhimento de ISS no montante de R\$9.702 naquele Município. Em 31 de dezembro de 2010, o valor atualizado dessas autuações era de R\$44.672. Baseada no fato de que a sede da Companhia é no Rio de Janeiro, onde todos os serviços são prestados aos participantes e o ISS apurado e recolhido é, que são mantidas apenas áreas de apoio no município de São Paulo, bem como a opinião dos assessores jurídicos da CETIP, a Administração entende que a probabilidade de perda nessa questão é remota e por isso nenhuma provisão para perdas foi consignada nestas demonstrações financeiras.

15. Debêntures e obrigações de arrendamentos financeiros

	31/12/2010
Circulante	
Debêntures	-
Obrigações de arrendamentos financeiros	2.846
	2.846
Não circulante	
Debêntures	892.683
Obrigações de arrendamentos financeiros	2.590
	895.273
	898.119
Total dos empréstimos	

a. Debêntures
A CETIP financiou o pagamento de uma parte do preço a vista de aquisição da GRV, correspondente a R\$900.000 mediante a distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476/09, de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da 1ª emissão da CETIP ("Debêntures"). Os recursos obtidos com a emissão foram destinados para o pagamento de parte do preço de aquisição da GRV. As Debêntures tem prazo de 7 anos, com carência de amortização de principal nos primeiros dois anos, vencendo-se em 2017, e fazem jus a uma remuneração equivalente à variação acumulada da Taxa DI, acrescida de 2,0% ao ano.
A escritura de emissão estabeleceu algumas condições que, em caso de descumprimento, podem acarretar no vencimento antecipado das debêntures. Dentre elas, destacam-se as seguintes:
(a) restrição na distribuição de dividendos e/ou de juros sobre o capital próprio em valor superior (i) a 30% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações para o exercício de 2011 e (ii) 50% do lucro líquido ajustado para o exercício de 2012. Para os exercícios subsequentes não há restrições na distribuição aos acionistas desde que sejam respeitados determinados índices de alavancagem financeira;
(b) manutenção de índice financeiro de alavancagem máxima (quociente da dívida líquida pelo EBITDA), apurado trimestralmente, igual ou inferior a 4,50 nos primeiros trimestres reduzindo-se gradualmente até 2,50 a partir de 2013;
(c) manutenção de índice de cobertura do serviço da dívida, apurado trimestralmente, igual ou superior a 1,20 para 2011 e 1,40 a partir de 2012.
Considerando que as debêntures são indexadas a taxa variável, seu valor justo em 31 de dezembro de 2010 aproxima-se do valor contábil registrado no balanço patrimonial.

b. Obrigações de arrendamentos financeiros

	CETIP e Consolidado	31/12/2010
Obrigações brutas de arrendamentos financeiros - pagamentos mínimos de arrendamento		
Menos de um ano	3.500	
Mais de um ano e menos de cinco anos	3.266	
	6.766	
Encargos de financiamento sobre os arrendamentos financeiros	(1.330)	
Valor presente das obrigações de arrendamento financeiro	5.436	
Menos de um ano	2.846	
Mais de um ano e menos de cinco anos	2.590	

16. Patrimônio líquido

a. Capital social
Em 31 de dezembro de 2010 o capital social era composto por 249.775.847 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal (31 de dezembro de 2009 – 223.498.160 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e 1º de janeiro de 2009 – 221.868.240 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, respectivamente).
Em 31 de dezembro de 2010 existiam 8 ações ordinárias em tesouraria (31 de dezembro de 2009 – 8 ações ordinárias em tesouraria e em 1º de janeiro de 2009 – 10 ações ordinárias em tesouraria).
A CETIP está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de 300.000.000 (trezentos milhões) de ações ordinárias, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração.

b. Reservas de capital
Compostas principalmente (i) pela parcela adicional do acervo líquido da CETIP Associação incorporada pela CETIP, (ii) reserva resultante da apropriação de despesas relativas aos planos de opções de ações da Companhia (Nota 25c); (iii) reserva especial de ágio resultante da incorporação da Advent Depository e (iv) reserva de capital resultante da emissão de ações em favor dos antigos acionistas da GRV (Nota 8).

c. Reserva legal
A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social, de acordo com o disposto na legislação societária. A critério da Companhia, a reserva legal poderá deixar de ser constituída no exercício em que seu saldo, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

d. Reserva estatutária
Conforme disposição estatutária, a totalidade do lucro líquido remanescente após (i) a destinação para constituição da reserva legal e (ii) a destinação para o pagamento do dividendo mínimo obrigatório, será alocada para a constituição de reserva estatutária que poderá ser utilizada para investimentos e para compor fundos e mecanismos necessários para o adequado desenvolvimento das atividades da Companhia. O valor total destinado à reserva estatutária não poderá ultrapassar o capital social da Companhia. Caso o Conselho de Administração considere o montante da reserva estatutária suficiente para o atendimento de suas finalidades, poderá propor à Assembleia Geral que: (i) seja destinado à formação da referida reserva, em determinado exercício social, percentual do lucro líquido inferior ao estabelecido no estatuto; e/ou (ii) propor que parte dos valores integrantes da referida reserva seja revertido para a distribuição aos acionistas da Companhia.

e. Dividendos e juros sobre capital próprio
Conforme disposição estatutária, os acionistas são assegurados dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, que somados correspondam, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da legislação societária.

Em conformidade com a Lei no. 9.249/95, a Administração da Companhia aprovou, durante os exercícios de 2010 e 2009, distribuições a seus acionistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP, imputando-os ao valor do dividendo mínimo obrigatório. Em atendimento à legislação fiscal, os juros sobre o capital próprio no montante de R\$19.333 (2009 – R\$15.825), foi contabilizado como despesa financeira. No entanto, para efeito dessas demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio são apresentados como distribuição do lucro líquido do exercício, portanto, reclassificados para o patrimônio líquido, pelo valor bruto, uma vez que os benefícios fiscais por ele gerados são mantidos no resultado do exercício.

Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos

	Valor Bruto
2009	
JCP pagos	
JCP - RCA 26/08/09 - R\$0,0309 brutos por ação pagos em 15/09/09	6.879
Dividendos e JCP propostos	
JCP - RCA 21/12/09 - R\$0,0400 brutos por ação pagos em 13/01/10	8.946
Dividendos - RCA 10/03/10 - R\$0,2269 por ação pagos em 17/05/10	50.780
Total relativo ao exercício de 2009	66.605
2010	
JCP pagos	
JCP - RCA 18/06/10 - R\$0,0412 brutos por ação pagos em 12/07/10	9.237
Dividendos e JCP propostos	
JCP - RCA 20/12/10 - R\$0,04461 brutos por ação pagos em 10/01/11	10.096
Dividendos - RCA 29/03/11 - R\$0,04517 por ação a serem pagos em 11/05/11	11.285
Total relativo ao exercício de 2010	30.618

Os dividendos que ultrapassam o mínimo obrigatório somente são reconhecidos no passivo na data de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral, conforme determinação do CPC 24 - Eventos subsequentes e ICPC 08 - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos. Até a data de aprovação em Assembleia Geral, os dividendos adicionais ao mínimo obrigatório são apenas destacados no patrimônio líquido.

A proposta de destinação do resultado e dividendos, relativa ao exercício de 2010, consignada nas demonstrações financeiras da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculada nos termos da Lei das Sociedades por Ações, é assim demonstrada:

	2010
Lucro líquido do exercício	112.319
Absorção de prejuízo acumulado	(1.447)
Constituição de reserva legal	(*)
Base de cálculo dos dividendos e saldo a destinar	110.872
Dividendos e juros sobre o capital próprio brutos	(30.618)
Constituição de reserva estatutária	(80.254)
Saldo a destinar	-

Proposta de dividendos
Juros líquidos sobre capital próprio imputados aos dividendos

f. Capitalização de parcela da reserva especial de ágio e emissão de direitos de subscrição
Conforme estabelecido no Protocolo e Justificativa de Incorporação da Advent Depository, após o término de cada exercício fiscal, 30% do benefício fiscal auferido em decorrência da amortização fiscal do ágio no respectivo período será capitalizado em benefício da Advent Securities, sem prejuízo do direito de preferência assegurado a todos os acionistas da Companhia na subscrição do aumento de capital resultante de tal capitalização. O saldo de 70% será capitalizado sem a emissão de novas ações, beneficiando a todos os acionistas.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de julho de 2010, foi homologado e ratificado o aumento de capital discutido e aprovado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de maio de 2010 da seguinte forma:

- (a) capitalização de parcela da reserva especial do ágio nos termos da Instrução CVM 319/99, correspondente a 30% do benefício fiscal auferido em 2009 em decorrência da amortização do ágio, no montante de R\$669, com a emissão de 51.711 ações ordinárias, sem valor nominal para Advent Securities Participações S.A.
- (b) capitalização de parcela da reserva especial do ágio nos termos da Instrução CVM 319/99, correspondente a 70% do benefício fiscal auferido em 2009 em decorrência da amortização do ágio, no montante de R\$1.560, sem a emissão de novas ações;
- (c) aumento de capital decorrente do exercício de direitos de subscrição e subscrição de sobras rateadas no montante de R\$2.942 com a emissão de 227.565 ações ordinárias, sem valor nominal, em favor dos acionistas subscritores;
- (d) aumento de capital decorrente do leilão das sobras não subscritas, realizado em Bolsa, no montante de R\$135 com a emissão de 9.728 ações ordinárias, sem valor nominal.

17. Lucro por ação

a. Lucro básico
O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias em tesouraria.

	2010	2009
Numerador		
Lucro líquido	112.319	66.605
Denominador		
Média ponderada de ações em circulação	225.074.965	222.572.350
Lucro por ação básico (em R\$)	0,4990	0,2993

b. Lucro diluído
O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras. A sociedade tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais diluidoras que são as opções de compra de ações. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da Companhia), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

	2010	2009
Numerador		
Lucro líquido	112.319	66.605
Denominador		
Média ponderada de ações em circulação ajustada pelos efeitos dos planos de opções de ações	229.830.818	226.452.587
Lucro por ação diluído (em R\$)	0,4887	0,2941

18. Receita líquida de serviços

	2010	2009
Receita bruta de serviços	337.658	242.587
Registro	81.394	58.925
Custódia	74.501	51.205
Utilização mensal	86.067	67.814
Transações	46.356	34.081
Outras receitas de serviços	49.340	30.562
Telecomunicações	(46.714)	(33.754)
Impostos incidentes sobre serviços prestados	(46.473)	(33.073)
Outras	(241)	(681)
Receita líquida de serviços	290.944	208.833
Outras receitas de serviços são representadas principalmente por serviços de processamento de transferências financeiras interbancárias no montante de R\$28.292 (2009 – R\$26.577).		

19. Serviços prestados por terceiros

Representados substancialmente por (i) serviços de suporte e manutenção de sistemas no montante de R\$6.624 (2009 – R\$6.448), (ii) serviços de manutenção, conservação e limpeza no montante de R\$1.420 (2009 – R\$1.226) e (iii) honorários de auditores, consultores e advogados no montante de R\$4.672 (2009 – R\$1.235).

20. Despesas gerais e administrativas

	2010	2009
Aluguel de imóveis	1.574	-
Contribuições associativas	1.254	125
Viagens e estadias	1.661	644
Telecomunicações	1.630	1.401
Condomínio	1.196	765
Energia elétrica	878	733
Eventos	1.153	1.213
Material de consumo	387	292
Despesas administrativas – Previma	339	325
Seguros	293	116
Doações	698	132
Despesas com correio e remessa de documentos	265	212
Despesas legais	259	87
Multas e encargos	30	515
Publicações	30	284
Outras despesas	517	488
Total	12.134	7.332

21. Despesas com desmutualização, IPO, reestruturação e aquisição GRV

	2010	2009
Desmutualização e IPO (a)	2.850	9.942
Reestruturação (b)	7.884	4.720
Aquisição GRV	35.382	-
Total	46.116	14.662

(a) Conforme estabelecido no prospecto da Oferta Pública Secundária: (i) as comissões relacionadas a Oferta foram pagas pelos acionistas vendedores e (ii) os emolumentos, as taxas de registro e de listagem, bem como as demais despesas relacionadas a Oferta foram pagas pela Companhia.

(b) As despesas com reestruturação referem-se principalmente a gastos associados com a mudança de parte dos funcionários baseados no Rio de Janeiro para o novo escritório da Companhia na cidade de São Paulo.

22. Resultado financeiro

	2010	2009
Receitas financeiras	26.407	19.957
Juros de ativos financeiros disponíveis para venda e mantidos até o vencimento	16.561	7.216
Varição no valor justo de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado	9.332	12.677
Outras receitas financeiras	154	64
Despesas financeiras	(1.425)	(35)
Juros sobre debêntures e parcelas a prazo	(1.384)	(35)
Outras despesas financeiras	(41)	-
Resultado financeiro	24.622	19.922

23. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2010	CETIP 2009	2010
Ativo de imposto diferido			
Provisão gastos com aquisição GRV	8.719	2.107	8.719
Prejuízo fiscal e base negativa	4.676	-	4.676
Provisão para contingências e obrigações legais	4.102	-	4.102
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	103	458	103
Outras diferenças temporárias	711	299	711
Ágio – expectativa de rentabilidade futura	55.049	68.421	55.049
Total do ativo de imposto diferido	73.360	71.285	73.360
Passivo de imposto diferido			
Reavaliação de imobilizado	(2.941)	(3.008)	(2.941)
Revisão de vidas úteis	(1.342)	-	(1.342)
Pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica	(1.384)	-	(1.384)
Custos de transação - debêntures	(2.720)	-	(2.720)
Combinação de negócios	(70.722)	-	(70.722)
Outros	(304)	-	(304)
Total do passivo de imposto diferido	(79.413)	(3.008)	(79.413)

b. Movimentação de saldos

	CETIP	
	Diferido ativo	Diferido passivo
Em 1º de janeiro de 2009	-	(3.074)
(Debitado) creditado		

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Programa	Vesting	Data limite para exercício	Preço exercício (em R\$) ⁽¹⁾	Outorgadas	Exercidas	Canceladas	Em aberto	Valor justo (em R\$) ⁽²⁾	Consolidado				
									Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos	
2008/1 ^o	28/04/10	28/10/11	1,00	870.000	869.320	680	-	3,54					
2008/1 ^o	28/04/11	28/10/11	1,00	1.305.000	(*) 1.031.820	7.560	265.620	3,54					
Alternativo	12/08/09	12/08/11	1,00	460.520	460.520	-	-	3,54					
Alternativo	12/02/10	12/02/12	1,00	172.695	172.245	450	-	3,54					
Alternativo	12/08/10	12/08/12	1,00	172.695	169.695	1.050	1.950	3,54					
Alternativo	12/02/11	12/02/13	1,00	172.695	9.000	1.050	162.645	3,54					
Alternativo	12/08/11	12/08/13	1,00	172.695	9.000	1.050	162.645	3,54					
Total Plano 2008 e Programa Alternativo				3.326.300	2.721.600	11.840	592.860						
2009/1 ^o	24/06/10	24/06/15	4,06	1.561.801	1.411.801	-	150.000	2,09					
2009/1 ^o	24/06/11	24/06/16	4,06	1.561.801	-	-	1.561.801	2,19					
2009/1 ^o	24/06/12	24/06/17	4,06	1.561.801	-	-	1.561.801	2,34					
2009/1 ^o	24/06/13	24/06/18	4,06	1.561.802	-	-	1.561.802	2,47					
2009/2 ^o	30/06/11	30/06/16	11,81	250.000	-	-	250.000	5,87					
2009/2 ^o	30/06/12	30/06/17	11,81	250.000	-	-	250.000	6,38					
2009/2 ^o	30/06/13	30/06/18	11,81	250.000	-	-	250.000	6,82					
2009/2 ^o	30/06/14	30/06/19	11,81	250.000	-	-	250.000	7,26					
2009/3 ^o	31/12/11	31/12/16	17,09	46.875	-	-	46.875	10,34					
2009/3 ^o	31/12/12	31/12/17	17,09	46.875	-	-	46.875	11,33					
2009/3 ^o	31/12/13	31/12/18	17,09	46.875	-	-	46.875	12,05					
2009/3 ^o	31/12/14	31/12/19	17,09	46.875	-	-	46.875	12,70					
Total Plano 2009				7.434.705	1.411.801	-	6.022.904						

(1) Sujeito a atualização, quando aplicável.

(2) Valor justo na data de outorga.

(*) De acordo com as hipóteses previstas no Plano, nos casos de desligamento por iniciativa da Companhia, houve a concessão do direito de exercício com a conseqüente antecipação do vesting.

Em 31 de dezembro de 2010, existem 1.950 opções relativas ao Programa Alternativo e 150.000 opções relativas ao Plano 2009/Programa 2009 passíveis de exercício. O percentual de diluição de participação dos atuais acionistas, considerando-se o exercício ao final do prazo de vesting de todas as opções acima já outorgadas e ainda não exercidas é de 1,04% em 2011; 0,74% em 2012, 0,74% em 2013 e 0,12% em 2014.

Opções exercidas no exercício

Plano/Programa	Quantidade de opções	Preço de exercício (em R\$) ⁽¹⁾	Valor de mercado (em R\$) ⁽²⁾
2008/1 ^o e Alternativo	1.629.920	0,99	N/D (2)
Total 2009	1.629.920		
2008/1 ^o e Alternativo	1.091.680	0,94	14,67
2009/1 ^o	1.411.801	3,94	14,17
Total 2010	2.503.481		

(1) Preço médio ponderado e média ponderada do valor de mercado das ações nas datas de exercício.

(2) Valor de mercado das ações nas datas de exercício não disponível considerando que 99% dos exercícios ocorreu antes do início da negociação das ações da Companhia em mercado de bolsa.

Movimentação consolidada no exercício

Quantidade em aberto em 01/01/09	3.326.300
Opções outorgadas	6.247.205
Opções canceladas	(6.540)
Opções exercidas	(1.629.920)
Quantidade em aberto em 31/12/09	7.937.045
Opções outorgadas	1.187.500
Opções canceladas	(5.300)
Opções exercidas	(2.503.481)
Quantidade em aberto em 31/12/10	6.615.764

Modelo de precificação

O valor justo das opções na data de outorga foi avaliado com base no modelo *Black-Scholes*. A volatilidade esperada foi estimada considerando a volatilidade histórica do Ibovespa, em virtude da ausência de histórico suficiente de cotação das ações da Companhia. As principais informações utilizadas na avaliação dos valores justos das opções na data da outorga foram as seguintes:

Plano/Programa	2008 e Alternativo			
	2009/1 ^o	2009/2 ^o	2009/3 ^o	2009/3 ^o
Preço da ação	R\$4,33	R\$4,33	RS14,21	RS23,60
Preço de exercício	RS1,00	RS4,06	RS11,81	RS17,09
Volatilidade média anual esperada	41,82%	33,29%	34,45%	34,61%
Vida da opção em anos (expectativa de vida média ponderada)	2,3	7,5	3,3	4,3
Taxa média anual livre de risco	10,74%	6,46%	6,37%	6,01%

Plano de Opção 2010

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de dezembro de 2010, os acionistas aprovaram um novo plano de opção de compra de ações, que não cancela nem substitui o Plano de Opção 2009. As opções de compra de ações do Plano de Opção 2010 poderão ser outorgadas até atingir o limite máximo de 2% do total das ações representativas do capital social da CETIP, não sendo consideradas, no entanto, para fins de cálculo do referido limite, as opções outorgadas com base em planos anteriores, vigentes ou não.

Em reunião realizada em 29 de dezembro de 2010, o Conselho de Administração aprovou o Primeiro Programa de Outorga de Opções de Compra de Ações (Programa 2010 GRV) no âmbito do Plano de Opção 2010.

Através do Programa 2010 GRV, foram outorgadas em 31 de dezembro de 2010, 3.746.640 opções de compra de ações a determinados colaboradores da antiga GRV, quantidade equivalente a 1,5% do capital social na data de aprovação do Plano de Opção 2010. As opções foram outorgadas a um preço de exercício de R\$ 17,09 por ação, valor este corrigido mensalmente, a partir da data de outorga e até a data de exercício da opção, pela média entre o IGP-M/FGV e o IPCA/IBGE, estando sujeitas ao seguinte cronograma de vesting: 15% em 31/12/11; 15% em 31/12/12; 15% em 31/12/13; 15% em 31/12/14; 20% em 31/12/15 e 20% em 31/12/16.

26. Instrumentos financeiros

Classificação

Os saldos de depósitos bancários e contas a receber de clientes e outros créditos são classificados na categoria de "empréstimos e recebíveis". A classificação das aplicações financeiras está divulgada na Nota 5. A Companhia não possui nenhum passivo financeiro classificado como mensurado a valor justo por meio dos resultados.

Estimativa do valor justo

A CETIP opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos (debêntures e arrendamentos financeiros).

O valor justo dos instrumentos financeiros mais relevantes, aplicações financeiras e debêntures, estão divulgados nas Notas 5 e 15a, respectivamente.

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos.

A Companhia aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- (i) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- (ii) Nível 2 - inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos (incluídos no Nível 1) que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- (iii) Nível 3 - inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Os únicos instrumentos financeiros da Companhia mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo estão representados pelas aplicações financeiras classificadas como "mensuradas a valor através do resultado" ou "disponíveis para venda". Considerando que os preços de mercado divulgados para os títulos públicos envolvem metodologia de precificação e não apenas preços decorrentes de transações realizadas entre participantes, todos os ativos financeiros são classificados como Nível 2.

Conselho de Administração

EDGAR DA SILVA RAMOS Presidente	MARTÍN EMILIANO LIFCHITZ ESCOBARI Vice-presidente
ROBERTO DE JESUS PARIS Conselheiro	MARCO ANTONIO SUDANO Conselheiro
ROBERT SLAYMAKER Conselheiro	REINALDO PEREIRA DA COSTA RIOS Conselheiro Independente
GUSTAVO SUMMERS ALBUQUERQUE Conselheiro	PEDRO PAULO MOLLO NETO Conselheiro
REINALDO LE GRAZIE Conselheiro Independente	FLAVIO BENICIO JANSEN FERREIRA Conselheiro Independente

Diretoria

LUIZ FERNANDO VENDRAMINI FLEURY Diretor Geral	CARLOS EDUARDO RATTO PEREIRA Diretor Comercial e de Produtos	MAURÍCIO REBOUÇAS FREIRE DOS SANTOS Diretor de Tecnologia
FRANCISCO CARLOS GOMES Diretor de Finanças, Corporativo e de Relações com Investidores	FABRÍCIO BOSSLE Diretor de Suporte a Operações de Crédito	CARLOS CEZAR MENEZES Diretor de Autorregulação
WAGNER ANACLETO Diretor de Operações	Contador: Antônio Carlos Costa - CRC SP 220084/O-7 S-RJ	

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("Companhia"), identificadas como CETIP e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Nossa auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a

respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Em 31 de dezembro de 2010
Fornecedores e outras obrigações 12.771
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar 22.248
Provisão gastos com aquisição GRV 35.510
Preço de aquisição – parcela a prazo (1) 198.158
Obrigações de arrendamentos financeiros (1) 3.248
Debêntures emitidas (1) 116.424

Em 31 de dezembro de 2009

Fornecedores e outras obrigações 5.180
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar 10.814

(1) Os pagamentos de juros pós-fixados foram estimados utilizando as taxas de juros projetadas do mercado futuro.

Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e beneficiários às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações.

A dívida da Companhia para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

Debêntures e arrendamentos financeiros	898.119
Preço de aquisição - parcela a prazo	519.928
Disponibilidades e aplicações financeiras livres	(183.660)
Dívida líquida	1.234.387
Total do patrimônio líquido	949.034
Total do capital	2.183.421
Índice de alavancagem financeira - %	57%

A Companhia não possuía alavancagem financeira em 2009. O nível de alavancagem financeira em 2010 decorre principalmente da aquisição da GRV.

Conforme descrito na Nota 5, a Companhia está sujeita à exigência regulatória de capital devendo manter uma reserva em títulos públicos federais que constitui o patrimônio especial da CETIP. O patrimônio especial foi constituído por uma aplicação inicial de R\$ 10.000 e todos os rendimentos relativos a esta reserva são incorporados ao patrimônio especial. Em 31 de dezembro de 2010 o patrimônio especial da CETIP monta a R\$35.954 (31 de dezembro de 2009 – R\$32.546)

27. Cobertura de seguros

A CETIP S.A. mantém apólices de seguro contratadas junto as principais seguradoras do país, que leva em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2010, a cobertura de seguros contra riscos era composta principalmente por R\$ 70.000 para danos materiais e R\$ 75.700 para responsabilidade civil.

28. Adoção do IFRS e dos CPCs pela primeira vez

a. Base de transição

a1. Aplicação dos CPCs 37 e 43 e do IFRS 1

As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações financeiras consolidadas anuais em conformidade com os CPCs e os IFRSs. A Companhia aplicou os CPCs 37 e 43 e o IFRS 1 na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações financeiras individuais da Controladora para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações financeiras individuais anuais em conformidade com os CPCs. A Companhia aplicou os CPCs 37 a 43 na preparação destas demonstrações financeiras individuais.

A data de transição é 1^o de janeiro de 2009. A administração preparou os balanços patrimoniais de abertura segundo os CPCs e o IFRS nessa data.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias relevantes e certas isenções opcionais em relação à aplicação completa retrospectiva.

a2. Isenções da aplicação retrospectiva completa - escolhidas pela Companhia

A Companhia optou por aplicar as seguintes isenções com relação à aplicação retrospectiva:

(i) Isenção de combinação de negócios

A Companhia aplicou a isenção de combinação de negócios descrita no IFRS 1 e no CPC 37 e, assim sendo, não representou as combinações de negócios que ocorreram antes de 1^o de janeiro de 2009, data de transição.

(ii) Isenção do valor justo como custo presumido

A Companhia optou por mensurar o custo dos terrenos e edificações na data de transição por referência à reavaliação anteriormente efetuada no BR GAAP antigo. Para os demais itens do ativo imobilizado não foi aplicada a isenção do valor justo como custo presumido, sendo os mesmos registrados pelo seu valor de custo histórico de acordo com o BR GAAP antigo na data de transição.

As isenções opcionais remanescentes não se aplicam à Companhia:

- isenção das diferenças acumuladas de conversão - a Companhia não possuía ajustes de conversão acumulada de anos anteriores;
- isenção do benefício a empregados - a Companhia não possui planos de benefício definido;
- o pagamento baseado em ações e a contabilização dos arrendamentos mercantis, uma vez que as práticas contábeis brasileiras e os IFRSs já encontram-se alinhadas com relação a essas transações para 2009;
- os contratos de seguro, pois a Companhia não tem operações deste tipo;
- ativos e passivos de subsidiárias, coligadas e *joint ventures*, uma vez que a Companhia não possui controladora e não possui subsidiárias, coligadas e *joint ventures* que tenham se tornado adiantadas pela primeira vez em data diferente a da Companhia;
- instrumentos financeiros compostos porque a Companhia não tem saldo em aberto relacionado a esse tipo de instrumento financeiro na data de transição;
- passivos para restauração incluídos no custo de terrenos, edifícios e equipamentos, já que a Companhia não tem quaisquer passivos deste tipo;
- ativos financeiros ou ativos intangíveis contabilizados de acordo com o ICP 01/IFRIC 12, já que a Companhia não tem contratos firmados sob o escopo desta interpretação.

a3. Exceções da aplicação retrospectiva seguidas pela Companhia

A Companhia aplicou as seguintes exceções obrigatórias na aplicação retrospectiva.

(i) Exceção das estimativas

As estimativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras em 1^o de janeiro de 2009 e em 31 de dezembro de 2009 são consistentes com as estimativas feitas nas mesmas datas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente ("BR GAAP antigo").

As outras exceções obrigatórias não se aplicaram, pois não houve diferenças com relação ao BR GAAP antigo nessas áreas ou porque as mesmas não eram aplicáveis a Companhia:

- Reversão de ativos e passivos financeiros.
- Participação de não controladores.
- Exceção da contabilização de hedge

b. Conciliação entre BR GAAP antigo e IFRS/CPCs

Abaixo seguem explicações sobre os ajustes relevantes nos balanços patrimoniais e na demonstração do resultado, e depois as conciliações apresentando a quantificação dos efeitos da transição.